

CNEN

Cargo -
Analista: Classe A - ANA02



Edital verticalizado

CNEN - Comissão Nacional
de Energia Nuclear

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa e Redação Oficial

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referênciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
- 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).
 - 7.1 Comunicação oficial.
 - 7.2 Redação Oficial.
 - 7.3 Elementos que compõem a estrutura dos documentos.
 - 7.4 Uso do correio eletrônico (e-mail) corporativo.
 - 7.5 Tipos de documentos.
 - 7.6 Ato Normativo.

Legislação Institucional

- 1 Lei no 4.118/1962.
- 2 Decreto-Lei no 1.982/1982.
- 3 Lei no 14.222/2021.
- 4 Decreto no 8.886/2016.
- 5 Lei no 6.819/1974.
- 6 Decreto no 9.600/2018 (Política Nuclear Brasileira).

Legislação Especial

- 1 Noções de Direito Constitucional.
 - 1.1 Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; garantias constitucionais individuais.
 - 1.2 Administração Pública (artigos de 37 a 41, capítulo VII da Constituição Federal).
- 2 Lei no 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
- 3 Lei no 13.853/2019.
- 4 Lei no 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Direito Administrativo

- 1 Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.
- 2 Organização administrativa da União; Administração direta e indireta.
- 3 Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos.
- 4 Lei no 8.112/1990 e suas alterações (Regime Jurídico Único).
 - 4.1 Título II: Do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição.
 - 4.2 Título III: Direitos e vantagens.
 - 4.3 Do regime disciplinar.
 - 4.4 Título IV: dos deveres.

5 Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.

6 Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização.

7 Controle e responsabilização da Administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.

8 Lei no 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimentos Específicos

1 Contabilidade geral e custos:

1.1 Teoria, conceitos, objetivos, evolução histórica e tendências; princípios fundamentais de contabilidade; normas brasileiras de contabilidade.

1.2 Patrimônio e variações patrimoniais: conceitos de patrimônio, ativos, passivos e patrimônio líquido; aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio; representação gráfica do patrimônio e equação básica da contabilidade; formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado.

1.3 Plano de contas e procedimentos de escrituração: conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras); método das partidas dobradas, mecanismos de débito e crédito, origens e aplicações de recursos; elementos essenciais do lançamento contábil; regimes de competência e de caixa; balancete de verificação; livros utilizados na escrituração.

1.4 Avaliação de ativos e passivos: normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente; custo histórico, custo corrente, valor justo, valor em uso, valor de cumprimento; valor realizável líquido; valor recuperável de ativos; atualização monetária; método da equivalência patrimonial; provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.

1.5 Mensuração e reconhecimento de operações: normatização, conceito, mensuração e reconhecimento das diversas transações inerentes à atividade das sociedades empresárias.

1.6 Operações fiscais e tributárias: conceitos, contabilização e cálculo de tributos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, FGTS e outras operações.

1.7 Passivos e ativos fiscais correntes e diferidos; diferenças temporárias: tributável e dedutível; prejuízos e créditos fiscais.

1.8 Combinação de negócios: normatização, conceito, mensuração e reconhecimento das operações de cisão, fusão, incorporação, extinção e alteração de controle; reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladoras na adquirida; reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou do ganho proveniente de compra vantajosa.

1.9 Demonstrações contábeis: apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e de avaliação; componentes do conjunto de demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, demonstração dos resultados abrangentes, notas explicativas; estrutura e requisitos mínimos de conteúdo nos componentes do conjunto de demonstrações contábeis.

1.10 Consolidação das demonstrações contábeis: normatização, mensuração e reconhecimento, conceitos, fundamentos e procedimentos de consolidação.

1.11 Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: Decreto nº 6.022/2007, Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021; CTG 2001 (R3) - procedimentos técnicos e demais formalidades a serem observados na escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

1.12 Sistemas de custos: terminologia aplicada à contabilidade de custos, terminologia em entidades não industriais.

1.13 Classificação de custos; custos diretos: custos fixos e variáveis; distinção entre custos e despesas.

1.14 Custos indiretos: alocação e determinação da base para alocação; custos indiretos: custos fixos e variáveis.

1.15 Métodos de custeio: por absorção, direto ou variável e ABC (custeio baseado em atividades); definição, principais características, diferenciação, vantagens e desvantagens de cada método.

2 Contabilidade aplicada ao setor público.

2.1 Conceituação, objeto e campo de aplicação.

2.2 Princípios e normas de contabilidade sob a perspectiva do setor público.

2.3 NBC TSP - Estrutura Contábil, de 23 de setembro de 2016.

2.4 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (11^a edição).

2.5 Patrimônio público.

2.5.1 Ativo.

2.5.2 Passivo.

2.5.3 Saldo patrimonial.

2.6 Variações patrimoniais.

2.6.1 Qualitativas.

2.6.2 Quantitativas.

2.6.3 Realização da variação patrimonial.

2.6.4 Resultado patrimonial.

2.7 Receita e despesa sob o enfoque patrimonial.

2.8 Mensuração de ativos.

2.8.1 Ativo imobilizado.

2.8.2 Ativo intangível.

2.8.3 Reavaliação e redução ao valor recuperável.

2.8.4 Depreciação, amortização e exaustão.

2.9 Mensuração de passivos.

2.9.1 Provisões.

2.9.2 Passivos contingentes.

2.10 Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.

2.11 Sistema de custos no setor público.

2.11.1 Classificação e nomenclatura de custos.

2.11.2 Aspectos legais do sistema de custos.

2.11.3 Ambiente da informação de custos.

2.11.4 Características da informação de custos.

2.11.5 Terminologia de custos.

- 2.12 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
 - 2.13 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.
 - 2.13.1 Balanço orçamentário.
 - 2.13.2 Balanço financeiro.
 - 2.13.3 Demonstração das variações patrimoniais.
 - 2.13.4 Balanço patrimonial.
 - 2.13.5 Demonstração de fluxos de caixa.
 - 2.13.6 Demonstração das mutações do patrimônio líquido.
 - 2.13.7 Notas explicativas às demonstrações contábeis.
 - 2.13.8 Consolidação das demonstrações contábeis.
 - 2.14 Transações no setor público.
 - 2.15 Receita e despesa pública.
 - 2.15.1 Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.
 - 2.16 Execução orçamentária e financeira.
 - 2.17 Suprimento de fundos.
- 3 Administração orçamentária e financeira.
- 3.1 Orçamento público: conceitos e princípios; orçamento–programa: fundamentos e técnicas; o orçamento na Constituição Federal de 1988; processo de planejamento orçamentário: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; leis de créditos adicionais.
 - 3.2 Ciclo orçamentário: elaboração, discussão, votação, aprovação, execução e avaliação.
 - 3.3 Classificações orçamentárias: conceituação, classificação e estágios da receita e da despesa públicas.
 - 3.4 Dívida ativa; regime de adiantamento (suprimento de fundo); restos a pagar; despesas de exercícios anteriores; dívida pública; descentralização de créditos; conta única do Tesouro Nacional.
 - 3.5 Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI): conceito, objetivos, usuários e segurança do sistema (princípios e instrumentos).
 - 3.6 Lei no 4.320/1964.
 - 3.7 Lei Complementar no 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 4 Direito tributário.
- 4.1 Competência tributária.

- 4.2 Limitações constitucionais do poder de tributar.
- 4.2.1 Imunidades.
- 4.2.2 Princípios constitucionais tributários.
- 4.3 Conceito e classificação dos tributos.
- 4.4 Tributos de competência da União.
- 4.5 Tributos de competência dos estados.
- 4.6 Tributos de competência dos municípios.
- 4.7 Simples.
- 4.8 Legislação tributária.
- 4.9 Fontes do direito tributário.
- 4.10 Vigência da legislação tributária.
- 4.11 Aplicação da legislação tributária.
- 4.12 Interpretação e integração da legislação tributária.
- 4.13 Obrigação tributária principal e acessória.
- 4.14 Fato gerador da obrigação tributária.
- 4.15 Sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária.
- 4.16 Domicílio tributário.
- 4.17 Responsabilidade tributária.
 - 4.17.1 Conceito.
 - 4.17.2 Responsabilidade dos sucessores.
 - 4.17.3 Responsabilidade de terceiros.
 - 4.17.4 Responsabilidade por infrações.
- 4.18 Crédito tributário.
 - 4.18.1 Conceito.
 - 4.18.2 Constituição do crédito tributário.
 - 4.18.3 Lançamento: modalidades de lançamento.
 - 4.18.4 Hipóteses de alteração do lançamento.
 - 4.18.5 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário; modalidades.
 - 4.18.6 Extinção do crédito tributário; modalidades.
- 4.19 Pagamento indevido.
- 4.20 Exclusão do crédito tributário.
- 4.21 Garantias e privilégios do crédito tributário.
- 4.22 Administração tributária.

4.22.1 Fiscalização.

4.22.2 Dívida ativa.

4.22.3 Certidões negativas.

4.23 Sigilo fiscal.

5 Legislação tributária aplicada às contratações públicas:

5.1 Noções básicas acerca de tributos.

5.1.1 Impostos, taxas e contribuições.

5.2 Operações fiscais e tributárias.

5.2.1 Conceitos e noções de cálculo de tributos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, FGTS e outras operações.

5.2.2 EFD Reinf.

5.3 Retenções na fonte realizadas pela Administração Pública federal.

5.3.1 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

5.3.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

5.3.3 Programa de Integração Social (PIS).

5.3.4 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

5.3.5 Imposto Sobre Serviços (ISS).

5.3.6 Contribuição previdenciária (INSS).

5.4 Legislação básica e suas atualizações.

5.4.1 Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110/2022.

5.4.2 Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012.

5.4.3 Lei Complementar nº 116/2003.

6 Direito administrativo.

6.1 Noções de organização administrativa.

6.1.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.

6.1.2 Administração direta e indireta.

6.1.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

6.2 Ato administrativo.

6.2.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.

6.3 Agentes públicos.

6.3.1 Legislação pertinente.

6.3.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

6.3.2 Disposições doutrinárias.

- 6.3.2.1 Conceito.
- 6.3.2.2 Espécies.
- 6.3.2.3 Cargo, emprego e função pública.
- 6.4 Poderes administrativos.
 - 6.4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
 - 6.4.2 Uso e abuso do poder.
- 6.5 Licitação.
 - 6.5.1 Princípios.
 - 6.5.2 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.
 - 6.5.3 Modalidades.
 - 6.5.4 Tipos.
 - 6.5.5 Procedimento.
 - 6.5.6 Legislação pertinente.
 - 6.5.6.1 Lei no 14.133/2021 e suas alterações.
 - 6.5.6.2 Decreto no 11.462/2023.
- 6.6 Controle da Administração Pública.
 - 6.6.1 Controle exercido pela Administração Pública.
 - 6.6.2 Controle judicial.
 - 6.6.3 Controle legislativo.
- 6.7 Contratos administrativos.
 - 6.7.1 Legislação pertinente.
 - 6.7.1.1 Lei no 14.133/2021 e suas alterações.
 - 6.7.1.2 Lei nº 11.107/2005 e Decreto no 6.017/2007 (consórcios públicos).
 - 6.7.2 Disposições doutrinárias.
 - 6.7.2.1 Conceito.
 - 6.7.2.2 Características.
 - 6.7.2.3 Vigência.
 - 6.7.2.4 Alterações contratuais.
 - 6.7.2.5 Execução, inexecução e rescisão.
 - 6.7.2.6 Convênios e instrumentos congêneres.
- 6.8 Acesso à informação.
 - 6.8.1 Lei no 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
 - 6.8.2 Lei no 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

6.9 Lei no 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais).

6.10 Lei no 9.784/1999 (Processo Administrativo).

7 Auditoria.

7.1 Normas brasileiras de auditoria (Conselho Federal de Contabilidade - CFC).

7.2 Normas de auditoria governamental - NAG e normas internacionais (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI).

7.3 Noções gerais acerca de auditoria: conceituação e objetivos.

7.4 Distinção entre auditoria interna, auditoria externa ou independente.

7.5 Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis.

7.6 Normas aplicáveis à auditoria interna.

7.7 Normas de transações e eventos subsequentes.

7.8 Normas de fraude e erro.

7.9 Normas dos papéis de trabalho e documentação da auditoria.

7.10 Carta de responsabilidade da Administração.

7.11 Contingências.

7.12 Supervisão e controle de qualidade.

7.13 Procedimentos de auditoria.

7.13.1 Amostragem.

7.13.2 Controle interno: conceito, responsabilidade e supervisão, rotinas internas, aspectos fundamentais dos controles internos (relação custo-benefício; definição de responsabilidade e autoridade; segregação de funções; acesso aos ativos; comprovações e provas independentes; método de processamento de dados; pessoal).

7.13.3 Planejamento de auditoria: determinação de escopo; materialidade, risco e relevância; importância da amostragem estatística em auditoria; matriz de planejamento.

7.13.4 Execução da auditoria: programas de auditoria; papéis de trabalho; testes de auditoria; técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica, caracterização de achados de auditoria, matriz de achados de auditoria e de responsabilização.

7.13.5 Comunicação dos resultados de auditoria: relatórios de auditoria e pareceres.

7.14 Auditoria governamental: conceito, finalidade, objetivo, abrangência e atuação.

7.14.1 Tipos de auditoria governamental: auditoria de conformidade; auditoria operacional e avaliação de programas de governo; auditoria de demonstrações

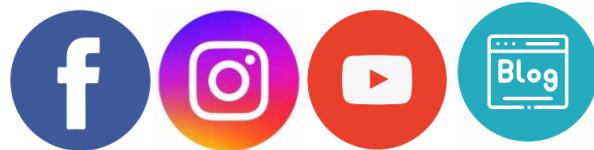
contábeis; auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados; auditoria de obras públicas.

7.15 Controle da Administração Pública: conceito, tipos e formas de controle.

7.15.1 Controle interno, controle externo e controle social, controle prévio, concomitante e posterior.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!